

MOVIMENTO ESTUDANTIL

(Problemas de actualidade e tarefas imediatas)

1. Em mais de 40 anos de existência, a ditadura fascista fez incessantes esforços para fascizar a juventude das escolas. Jamais o conseguiu. Não foi o fascismo, mas os ideais da democracia e do socialismo que ganharam a juventude.

Com a repressão permanente ao movimento e ao espírito de iniciativa dos estudantes, o governo fascista mostra que teme a juventude. E a juventude tem mostrado, com a sua luta corajosa, que não teme o fascismo. Pela sua continuidade, amplitude e combatividade, o movimento estudantil constitui um dos sectores de vanguarda do movimento nacional contra a ditadura fascista.

2. A luta estudantil não se desenvolve apenas no terreno associativo. Desenvolve-se também no terreno político. Entretanto, a base fundamental do movimento estudantil continua a ser a actividade associativa, tendo como fulcro as Associações de Estudantes. A defesa dos interesses pedagógicos, sociais, desportivos e outros dos estudantes e o desenvolvimento de uma ampla actividade editorial, cultural e de convívio; a luta pela liberdade de associação e contra a ingerência governamental na vida associativa; a defesa do carácter democrático e representativo das AA.EE. e, em particular, do direito de eleger livremente os seus dirigentes; a cooperação e solidariedade entre os estudantes das diversas escolas em cada Academia e das diversas Academias entre si; a luta pela autonomia da Universidade e pela participação dos estudantes em todas as decisões que lhes digam directamente respeito; — constituem o conteúdo fundamental do movimento associativo estudantil.

3. Só graças à unidade e à luta corajosa das massas estudantis, que tem custado o sacrifício de milhares de estudantes expulsos ou suspensos da Universidade e torturas e prisão a muitos outros, foi possível desenvolver o movimento associativo e defender as AA.EE. das sucessivas arremetidas do governo fascista, desencadeadas com o objectivo de as arrancar aos estudantes e de as liquidar como organizações de carácter democrático.

Os mais destacados dirigentes do movimento estudantil sofreram e sofrem a implacável perseguição dos fascistas. José Bernardino e Jorge Araújo, Saldanha Sanches e Lígia Calapez, encontram-se há longos anos nas prisões fascistas. Muitos outros dirigentes associativos sofreram perseguições, foram expulsos das escolas, passaram à clandestinidade ou foram forçados a emigrar.

Os sacrifícios não foram porém em vão. Assente nas suas profundas raízes de massas, o movimento associativo de carácter democrático continua poderoso e activo, apesar de todas as

tentativas fascistas para o jogar, submeter ou liquidar.

4. A juventude estudantil está contra o fascismo. Os estudantes fascistas ou enganados pela demagogia fascista constituem um número reduzido. As eleições nas AA.EE. conduzem em regra à escolha para os cargos de direcção de estudantes com espírito associativo. Daí a recusa do governo fascista a aprovar os estatutos de novas associações e a reconhecer oficialmente as Comissões Pró Associação (CPA) e as Comissões Organizadoras (CO). Daí as pertinazes e repetidas tentativas do governo para impedir ou dificultar as eleições nas AA.EE. existentes. Daí a recusa de homologação, sem qualquer fundamento, de dirigentes eleitos. Daí a nomeação de Comissões Administrativas, sempre que o movimento de massas não é suficientemente forte, para o evitar.

A combatividade dos estudantes impediu até hoje que as eleições nas AA.EE. fossem abolidas. Na grande maioria das escolas, as eleições continuam a realizar-se com participação massiva dos estudantes. Mesmo nos casos actuais em que à frente das AA.EE. se encontram Comissões Administrativas nomeadas pelo governo, o movimento associativo assente em estruturas democráticas não foi aniquilado e desenvolve-se à margem ou contra as Comissões Administrativas, dentro e fora das AA.EE..

Realizar eleições nas AA.EE.; opôr-se à nomeação de Comissões Administrativas, intensificar dentro das AA.EE. dirigidas por Comissões Administrativas a luta pelo desenvolvimento do trabalho associativo, contra as Comissões Administrativas e pela realização de eleições; lutar pela legalização das CPA e CO; — são tarefas fundamentais para a defesa do carácter democrático e a própria existência do movimento associativo.

5. A tentativa de aniquilar o movimento democrático e associativo estudantil, através das vagas de prisões e castigos em anos sucessivos, fracassou. Os estudantes foram capazes de responder à repressão com a defesa das suas AA.EE., com a continuação da luta por novas associações, com o desenvolvimento de variadas e amplas acções que conquistaram o apoio e solidariedade populares.

Apesar da perda de dezenas e dezenas de activistas e dirigentes, o movimento associativo reagrupou as suas forças. As AA.EE. aumentaram o número de sócios, de colaboradores e participantes nas actividades associativas, desenvolveram novos campos de actividade, preencheram as suas principais estruturas e forjaram novos dirigentes. A importância das medidas de repressão directa

para aniquilar o movimento associativo levou o governo, sem de forma alguma renunciar aquelas, a adoptar uma nova política, através da qual procura lançar uma ofensiva global e planificada contra o movimento associativo. A criação do «Gabinete de estudos e planeamento da acção educativa»; a criação dos Serviços Sociais; a reforma da «Moçada Portuguesa» (MP); a reforma do Centro Universitário do Porto (CUP) e do Centro Universitário de Lisboa (CUL); a criação da Inspecção Nacional do Desporto Universitário (INDU) e do Centro de Intercâmbio e Turismo Universitário (CITU); a reactivação nas escolas de grupos fascistas virulentos; — são alguns dos factos mais marcantes dessa nova política.

Reconhecendo demagógicamente algumas das reivindicações dos estudantes, criando e subsidiando serviços e iniciativas destinados aos estudantes à margem das AA.EE. e da gestão democrática estudantil, o governo procura diminuir o poder de atracção e a base de massas das AA.EE., tornando estas mais fracas e vulneráveis. Procura dispersar os estudantes por diversos centros de actividade e enfraquecer a sua unidade. Procura forçar os estudantes a uma estreita dependência dos serviços do Ministério da Educação Nacional, esmorecendo o seu vigor reivindicativo. Procura adormecer a vigilância e a combatividade dos estudantes, liquidar o movimento associativo, criar fatalmente condições para novas tentativas de fascização ou neutralização da juventude estudantil.

Se é certo que essa nova política constitui uma confissão da impotência dos métodos repressivos directos, nem por isso deixa de constituir uma ofensiva real, hábil e perigosa contra o movimento associativo, tanto mais que não exclui, antes é conjugada, com formas de repressão directa.

6. Esta ofensiva exige do movimento estudantil uma resposta que só será possível definir através dum urgente, aprofundado e amplo debate entre os próprios estudantes.

Uma consideração simplista da tática fascista, dos seus objectivos e possibilidades, assim como uma falsa estimação das forças em presença, podem desarmar o movimento estudantil ante a demagogia e a multiplicidade das formas de actuação fascista, arrastando-o para posições, ora excessivamente rígidas, ora insuficientemente firmes. Na actual situação, parecem ser necessárias, por um lado habilidade e flexibilidade do movimento associativo para forçar o fascismo a fazer concessões mesmo demagógicas, e ser fundamental, por outro lado, desenvolver na nova situação a luta intransigente pela autonomia e a independência do movimento, pela gestão democrática pelos estudantes de todas as organizações que os servem.

Acontecimentos como os da sala da CPA da FML, do grupo cénico da AAFDL, dos subsídios ao INDU e ao CITU, das secções de serviços

da AEFCL, da cantina da AEIST, das novas residências, etc. demonstram, tanto a variedade e a habilidade da actuação fascista, como também que, apesar de algumas hesitações, o movimento estudantil é capaz de enfrentar vitoriosamente a ofensiva fascista e de a fazer recuar por uma ampla acção, unida e coordenada.

A necessidade da defesa dos serviços sociais das AA.EE. não dá razão à tendência que, em alguns lados se manifesta, de limitar o trabalho associativo à prestação de serviços, menosprezando as questões de direcção e de política geral do movimento associativo e a actividade pedagógica, de convívio, editorial, cultural, em que assenta em larga medida o carácter democrático, reivindicativo e de massas do movimento associativo. A situação é diversa nas três Academias e a diversidade deve ser tida em conta ao considerar-se este problema. Tal ou tal serviço social é em muitos casos o justo ponto de partida para o desenvolvimento do movimento associativo nesta ou naquela escola. Mas, para a maioria das AA.EE., limitar a sua actividade à prestação de serviços, seria não só a facilitar, no fim de contas, a realização do propósito do governo de os retirar às AA.EE., como seria contribuir para matar o espírito associativo e facilitar a realização do objectivo governamental de liquidação do carácter democrático das AA.EE.

7. A complexa situação e a nova política do governo põem ao movimento estudantil problemas novos para que os estudantes buscam resposta. Seria fechar os olhos à realidade não ver a importância das hesitações que se manifestam e das interrogações que se levantam. Em muitos casos, a polémica arrasta-se em torno de falsos dilemas e de falsas incompatibilidades. Virar a atenção para as escolas ou para o trabalho federativo? Desenvolver a luta partindo de serviços ou do trabalho cultural e pedagógico? Trabalhar nos liceus dentro da MP, abandonando as CPA ou reforçar o trabalho na CPA recusando aproveitar as facilidades da MP? Mas não sempre trata de falsos dilemas, antes de tendências alternativas, cujo desenvolvimento pode provocar sérios prejuízos. Muitos estudantes, por exemplo, defendem que a luta contra as Comissões Administrativas se deve desenvolver fora das estruturas das AA.EE. respectivas e que, duma forma ou outra, é preciso não trabalhar dentro de Associações geridas por Comissões Administrativas. Esta orientação isolaria os estudantes mais esclarecidos das massas, daria o flanco a provocações e à acusação de ilegalidade e, sobretudo, traduzir-se-ia no enfraquecimento real de associações que precisamente é mais necessário defender e reforçar. A mobilização das massas contra as Comissões Administrativas exige que os estudantes tomem nas suas mãos as respectivas AA.EE., revigorem as suas estruturas, de forma a que as Comissões Administrativas se tornem corpos estranhos às AA.EE., corpos neutralizados e finalmente expulsos.

8. Ao definir uma orientação para qualquer trabalho de massas devem ter-se em conta as condições reais existentes. Se há objectivos gerais comuns ao movimento estudantil, os objectivos imediatos e as formas de acção e de organização em cada escola, em cada Academia, devem ter em conta as particularidades da situação num momento dado. Actualmente a diversidade de situações torna particularmente incorrecta a transplantação mecânica de experiências para a resolução de cada problema concreto. Existem experiências gerais que devem aproveitar ao movimento no seu conjunto e existem condições concretas específicas em cada escola e em cada Academia que obrigam a procurar para cada caso as soluções adequadas.

9. A experiência mostra ser fundamental para o desenvolvimento do movimento associativo que, em cada escola, os estudantes defendam a sua A.E., insistam em escolher livremente os seus dirigentes, colaborem activamente no trabalho associativo. É partindo dum intenso trabalho associativo dentro de cada escola que se defende o movimento associativo no seu conjunto.

Mas a experiência mostra também ser erro grave que comprometeria o desenvolvimento e faria perigar a própria existência do movimento associativo em bases democráticas, encerrar-se cada A.E. no seu campo de actuação específica, desinteressando-se da cooperação e da unidade com as demais AA.EE. e quebrarem-se os laços de cooperação entre as diversas Academias. A cooperação entre as AA.EE. de cada Academia, tanto ao nível das direcções como por reuniões inter-escolares da massa associativa, e a cooperação entre as várias Academias foram uma grande conquista do movimento estudantil que está na raiz dos seus maiores êxitos. Defender e fortalecer as relações e a cooperação inter-escolar e inter-Academias é fundamental para o desenvolvimento e defesa do movimento associativo.

10. A intensificação da coordenação, convívio, fraternização e ajuda mútua entre as três Academias, a manutenção e o reforço das estruturas federativas existentes dentro das particularidades de cada Academia, a busca criadora de novas formas federativas adoptadas às condições existentes no momento dado, são por isso da maior importância.

Só a estreita colaboração entre todas as AA.EE., só a unidade de acção dos estudantes portugueses, será capaz de fazer frente à política do fascismo e de conduzir o movimento associativo a novas conquistas.

10. A acção unida das massas estudantis está na raiz da força e expansão do movimento. Só a participação intensiva, viva, confiante e entusiasta das massas estudantis em todas as actividades associativas pode assegurar a sua defesa, a sua continuidade e o seu progresso. A corrente associativa não deve limitar-se ao quadro das estruturas e iniciativas tradicionais. A vanguarda

associativa deve acima de tudo assumir um papel dirigente, organizador, aglutinador, evitando abafar com a sua iniciativa absorvente a iniciativa da massa estudantil. É nesta perspectiva que convem sejam abordados problemas como o das reprovações, das instalações, laboratórios, bem como os dos voluntários, dos novos alunos, das raparigas, da colocação dos recém-formados, e muitos outros capazes de interessar grande número de estudantes.

Nada seria mais perigoso para a defesa e desenvolvimento do movimento associativo que o trabalho fechado e separado das massas de dirigentes associativos. Escolhidos pelas massas, os dirigentes devem apoiar-se constantemente nas massas, interessá-las no trabalho associativo, estimular a sua cooperação e facilitar o aparecimento, a preparação e o desenvolvimento de quadros associativos em todos os domínios da actividade das AA. EE..

11. O movimento associativo estudantil é um movimento legal, baseado em organizações legais. Apesar dos sucessivos decretos repressivos promulgados pelo governo, as AA.EE. desenvolvem-se como grandes organizações de massas, cuja vida tem um conteúdo democrático e progressivo. O movimento associativo não foi uma dívida do governo, mas o resultado duma luta prolongada e difícil dos estudantes portugueses ao longo de muitos anos. A história do movimento associativo é a história da luta dos estudantes pela independência das suas associações e dos esforços do governo para liquidar o movimento associativo. Por isso o desenvolvimento do movimento associativo tem sido irregular, com altos e baixos, com momentânea estagnação ou retrocesso provocado pela repressão e com grandes fases de expansão dinamizadas pela acção das massas.

É uma tendência liquidacionista, produto do desespero e da falta de confiança nas massas, aquela que aparece depois de grandes acções repressivas no sentido do abandono da actividade nas AA.EE., no sentido de que «nada mais há a fazer» nelas, de que a acção legal «está ultrapassada», de que o trabalho nas AA.EE. deve ser substituído pela criação de «sindicatos» e outras organizações clandestinas de estudantes.

A experiência mostra que, sob condição duma orientação correcta e duma actividade de massas, é possível, não só defender o carácter democrático das AA.EE., como acentuá-lo, de que é possível passar de momento de recuo e de depressão para novas fases de expansão do movimento associativo.

12. A defesa da legalidade das AA.EE. é uma tarefa primordial do movimento associativo que exige dentro dos fins específicos do movimento, audácia na acção e resistência corajosa à política fascista. O conteúdo democrático e anti-fascista do movimento associativo não resulta do carácter político da sua acção, mas da ampla rea-

14. A ênfase, na base dum trabalho de massas, dos seus fins específicos. São de combater, por prejuízos ao movimento associativo e à luta geral dos estudantes as tendências para dar um carácter político aberto à actividade das A.A.E.E. ou dos organismos federativos para utilizar os meios de trabalho das A.A.E.E. na realização de quaisquer acções de intervenção política, para colocar os órgãos dirigentes das A.A.E.E. à frente de lutas que transcendam o campo associativo (manifestações de rua, greves, etc.). A concepção correcta da actividade associativa e da actividade política, é essencial tanto para a defesa e desenvolvimento do movimento associativo, como para o desenvolvimento da luta dos estudantes nos seus planos.

13. A amplitude do movimento associativo, as suas profundas raízes de massas, a complexidade dos problemas que enfrenta, a variedade de situações, formam cada vez mais urgente que o próprio movimento associativo defina os seus grandes objectivos comuns, em que se enquadrem as realizações e reivindicações parciais, ou seja, um verdadeiro programa do movimento associativo. Um tal programa só o próprio movimento associativo, em vastas consultas e empos debates conduzidos da forma democrática, o pode elaborar. Elaborado com a participação viva e oriadora da massa associativa, poderá converter-se, não apenas na bandeira, mas em estilo e guia da actividade prática, que nos últimos anos tem ajudado ao movimento associativo.

14. O campo fundamental do desenvolvimento da luta dos estudantes é o movimento associativo. Mas, o desejo de participação dos estudantes na luta política aberta contra a ditadura fascista, bem demonstrado pela larga e influente presença de estudantes das várias tendências, nas grandes manifestações antifascistas, tende a concretizar-se cada vez mais em acções políticas unitárias.

O próprio movimento associativo, no seu desenvolvimento, tende constantemente a transbordar o campo do activismo legal, a evoluir para formas superiores de luta, a adquirir carácter abertamente político. Não é possível, por exemplo, fazer face à política repressiva do fascismo em todas as suas aspicias apenas no quadro da legalidade das A.A.E.E., que entretanto é imperioso defender. Há por isso que pôr em práticas formas de organização adequadas, legais, semi-legais e ilegais, capazes de proteger a luta a partir do ponto em que as A.A.E.E. não podem fazer e de coordenar acções políticas tendo como fulcro problemas específicos dos estudantes e da Universidade. A luta pela liberdade associativa, contra a repressão, pela libertação dos estudantes presos, pela democratização do ensino, contra a dominação fascizante e contra a crescente actividade das organizações fascistas dos estudantes na Universidade, são lutas políticas de grande importância que aos estudantes cabe realizar.

Essas acções devem necessariamente ser compreendidas fora das estruturas associativas e necessitam por isso de outras estruturas orgânicas e de meios próprios de propagação e agitação que assegurem a sua direcção, a sua dinamização e a sua execução.

15. A organização partidária tem sempre desempenhado e continua a desempenhar um importante papel na luta dos estudantes portugueses.

Nos anos 1926/27, registaram-se entretanto sérias golpes provocados pela repressão, pela traição de alguns responsáveis perante o inimigo, por uma grande fadiga de organização, assim como graves oscilações políticas no que respeita à orientação geral e à direcção da actividade prática. É positivo o balanço do último ano do trabalho partidário entre os estudantes. Mas impõe-se consolidar a organização, adoptar melhores processos de defesa, fortalecer a unidade de pensamento e acção, distinguir e associar correctamente a actividade legal e o actividade clandestina, seguir uma política de quadros que garanta uma direcção capaz, dinâmica e corajosa.

No plano político, torna-se necessário uma melhor assimilação da linha do Partido, o estudo das experiências dos últimos anos, de forma a impedir novos desenvolvimentos de tendências tanto do direito como de aventurairismo.

No plano orgânico, torna-se necessário corrigir tendências para um recrutamento apressado e massivo, para o falto de secretariado e de compartimentação, para promoções precipitadas, para uma estruturação esquemática e mal definida.

A importância do movimento associativo, a defesa de la-

galidade das A.A.E.E. e dos quadros associativos, a existência de múltiplas frentes, exigem que a organização partidária dos estudantes se estruture em qualquer esquematismo, com formas diversas de funcionamento, de enlace, de controlo e de distribuição de tarefas, adoptadas às exigências do trabalho, às disponibilidades de quadros e às necessidades de defesa da repressão. Cabe às próprias organizações partidárias dos estudantes, apoiadas na experiência geral do Partido e na sua direcção, estudar, com espírito imaginativo e criador, as formas e métodos do trabalho mais adoptados ao momento actual.

16. Além dos jovens comunistas, existem nas escolas muitos jovens antifascistas de outras tendências. Os comunistas devem trabalhar para cooperar estreitamente com esses jovens (sem que necessariamente possam ser comunistas) tanto em contactos para as mais variadas iniciativas de carácter político, como no terreno associativo. A cooperação com os jovens católicos antifascistas, cuja corrente acusa franco desenvolvimento, tem particular interesse. De mesma forma a cooperação com o Movimento Sindical Estudantil e com alguns núcleos da tendência socialista é liber-

Depende fundamentalmente da existência de quadros estudantis verdadeiramente revolucionários a criação de estruturas políticas unitárias clandestinas (mais ou menos amplas segundo a situação existente) e dum imprensa estudantil clandestina que de nenhuma forma deveria pretender substituir ou sobrepor-se à imprensa estudantil associativa.

No momento actual, amplas trocas de impressões, realizadas nas escolas e Academias entre os jovens mais combativos de todas as tendências políticas acerca dos problemas de organização antifascista, são de aconselhar como meio para o eventual criação dum organização clandestina unitária dos estudantes.

17. O Partido Comunista Português, como Partido de classe operária e como destacamento da vanguarda do movimento antifascista, tem responsabilidades particulares em relação a todas as frentes de combate contra a ditadura fascista. A orientação do Partido, baseada na base da sua experiência geral e das experiências das organizações partidárias em muitos anos de actividade no movimento estudantil, não obriga naturalmente senão os membros do Partido. Considera-se entretanto que podem ter uma contribuição positiva para todos os estudantes que procuram encontrar um caminho acertado para a sua acção, em defesa dos seus direitos fundamentais e na luta pela liberdade.

O Partido Comunista Português confiou no espírito democrático e antifascista, na iniciativa e na combatividade das massas estudantis. Confia nos métodos democráticos de debate e de decisão.

Os estudantes comunistas, em toda a sua actividade, devem guiar-se por um princípio fundamental: cabe aos próprios estudantes decidir da orientação e das tarefas das suas associações e do seu movimento. É dever dos estudantes comunistas estimular a iniciativa das massas estudantis e procurar influências para que decidam dos seus problemas de forma democrática, com autonomia e independência. Estudantes comunistas podem e devem levar às massas estudantis a experiência do Partido e sugestões e propostas fundamentadas nessa experiência. Mas é dobedando de forma democrática com os seus companheiros, que eles tomam consciência dos problemas que se colocam e que contribuíram para que os estudantes encontrem para estes problemas soluções correctas.

Que os estudantes tomem os destinos das suas associações nas próprias mãos, as deixam das tentativas fascistas para se aniquilar, e mantenham bem vivo o espírito associativo que, por natureza, é democrático e antifascista.

Que os estudantes antifascistas, valorizando as aspirações de liberdade que os unem e superando as diferenças de opinião que os separam, saibam encontrar, tanto no plano político, como no plano de organização, o caminho para uma larga acção comum contra o maior inimigo do nosso povo e da nossa pátria: a ditadura fascista.

Ao longo dos anos, os estudantes têm-se mantido nas primeiras linhas da luta antifascista. Que saibam manter corajosamente esta honrosa posição.

Outubro de 1967

O Comité Central

do Partido Comunista Português